



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR: **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI**

DATA DE ENTREGA
08/10/2014

EMENTA:

Sugere a realização do 1º Seminário Nacional Marco Legal da Mineração Brasileira, nos dias 17, 18 e 19 de março de 2015, precedido de uma reunião preparatória, no dia 13 de novembro de 2014.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 149/2014
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

CNPJ: 33.746.256/0001-00

Tipos de Entidades:

() Associação () Federação () Sindicato
() ONG (X) Confederação () Outros

Endereço: SEP/Norte – Quadra 505 – Conjunto A.

Cidade: Brasília **Estado:** DF **Cep.:** 70730-540

Fone/Fax: (61) 3448-9900 3274-7001

Correio-eletrônico: CNTI@CNTI.ORG.BR

Responsáveis: José Calixto Ramos (Presidente) e José Reginaldo Inácio (Secretário de Educação) (9232-6650)

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, apresentada pela entidade supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 8 de outubro de 2014.


Cláudio Ribeiro Paes
Secretário-Executivo



CNTI

Filiada à



OF. CNTI. Nº 482

Brasília, 08 de outubro de 2014.

Exmo. Deputado Federal Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Legislação Participativa

Assunto: Participação dos trabalhadores e da sociedade na elaboração do Marco Regulatório da Mineração

Exmo. Sr.,

Cabe-nos, preliminarmente, manifestar nossa satisfação em, mais uma vez, dirigirmo-nos a V.Exa. como digno presidente da Comissão de Legislação Participativa.

Em seguida, em anexo, apresentamos as devidas justificativas relativas aos DETERMINANTES SOCIOAMBIENTAIS, expostas e debatidas na Audiência Pública no dia 02 de setembro próximo passado, aproveitando para reiterar nossas propostas e encaminhamentos também expostos na mesma ocasião.

Quanto aos encaminhamentos, detalhando, trata-se de realizarmos duas atividades nacionais com a finalidade de se garantir efetividade na participação das instituições sociais e classistas que, até então, se não fosse o apoio desta Comissão, ainda estariam fora da consulta e da elaboração (em curso) do MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO BRASILEIRA, significativo instrumento legal com impacto direto na sociedade brasileira.

Primeira atividade:

1ª Reunião preparatória para planejamento do 1º Seminário Nacional do Marco Legal da Mineração Brasileira, no dia 13 de novembro de 2014.

Segunda atividade:

1º Seminário Nacional Marco Legal da Mineração Brasileira – 17, 18 e 19 de março de 2015

Objetivo: Após divulgação de alternativas econômicas e socioambientais, com as devidas consultas à sociedade organizada, expor e debater, qualificadamente, as proposições e os determinantes socioambientais aferidos junto à sociedade e às comunidades afetadas pela mineração no Brasil.

SECRETARIAS REGIONAIS

1ª Secretaria da Região Norte
AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA
E RORAIMA

2ª Secretaria da Região Norte
PARÁ E AMAPÁ

1ª Secretaria da Região Nordeste
CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO

2ª Secretaria da Região Nordeste
RIO GRANDE DO NORTE
E PARAÍBA

3ª Secretaria da Região
Nordeste
PERNAMBUCO, ALAGOAS,
BAHIA E SERGIPE

1ª Secretaria da Região Sudeste
RIO DE JANEIRO E
ESPÍRITO SANTO

2ª Secretaria da Região Sudeste
SÃO PAULO

3ª Secretaria da Região Sudeste
MINAS GERAIS

Secretaria da Região Centro-Oeste
GOIÁS, MATO GROSSO,
MATO GROSSO DO SUL E
TOCANTINS

1ª Secretaria da Região Sul
PARANÁ

2ª Secretaria da Região Sul
SANTA CATARINA

3ª Secretaria da Região Sul
RIO GRANDE DO SUL



CNTI

Filiada à



SECRETARIAS REGIONAIS

1ª Secretaria da Região Norte
AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA
E RORAIMA

2ª Secretaria da Região Norte
PARÁ E AMAPÁ

1ª Secretaria da Região Nordeste
CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO

2ª Secretaria da Região Nordeste
RIO GRANDE DO NORTE
E PARAÍBA

3ª Secretaria da Região
Nordeste
PERNAMBUCO, ALAGOAS,
BAHIA E SERGIPE

1ª Secretaria da Região Sudeste
RIO DE JANEIRO E
ESPÍRITO SANTO

2ª Secretaria da Região Sudeste
SÃO PAULO

3ª Secretaria da Região Sudeste
MINAS GERAIS

Secretaria da Região Centro-Oeste
GOIÁS, MATO GROSSO,
MATO GROSSO DO SUL E
TOCANTINS

1ª Secretaria da Região Sul
PARANÁ


2ª Secretaria da Região Sul
SANTA CATARINA

3ª Secretaria da Região Sul
RIO GRANDE DO SUL

Somadas a essas proposições, sugerimos, também, que a Comissão de Legislação Participativa continue suas atividades, relativas a esse tema, integrada à Comissão de Direitos Humanos.

Em nome da CNTI e das demais organizações sindicais, especialmente das centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos da base mineral que constituem a Ação Sindical Mineral – ASM, agradecemos por essa iniciativa coletiva.

Atenciosamente,


JOSÉ CALIXTO RAMOS
Presidente da CNTI
Pela Coordenação Ação Sindical Mineral